

Tecnologias Sociais e Políticas Públicas para o Empreendedorismo Quilombola: o Caso do Povoado Tabacaria em Alagoas

Sérgio Ricardo Pereira Accioly
Unicamp

Limeira, Brasil
<https://orcid.org/0009-0003-0801-7739>
prof.sergioaccioly@gmail.com

Eric David Cohen
Unicamp

Limeira, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0994-1731>
ecohen@unicamp.br

Lucca de Araújo Costa Badú de Lima
Unima Afya

Maceió, Brasil
baduluccaof@gmail.com

Abstract — This article analyzes the role of social technologies and public policies in fostering entrepreneurship in Quilombola communities, based on the case study of Tabacaria, a settlement located in Palmeira dos Índios, Alagoas. As the first officially recognized Quilombola community in the state, Tabacaria faces historical challenges related to development, public policy access, and cultural recognition. The research identifies both limitations and potential of the Brazilian Quilombola Program (PBQ) in promoting productive inclusion and citizenship. Using a mixed-methods approach, the study highlights that the effectiveness of PBQ depends on active community participation, appreciation of traditional knowledge, and the implementation of social technologies as tools for territorial transformation. Results suggest the need for integrated public policies based on participatory and contextualized models.

Keywords: Social Entrepreneurship; Social Technologies; Public Policies; Quilombola Communities; Sustainable Development.

Resumo — Este artigo analisa o papel das tecnologias sociais e das políticas públicas no fomento ao empreendedorismo em comunidades quilombolas, a partir do estudo de caso do Povoado Tabacaria, situado no município de Palmeira dos Índios, Alagoas. Primeira comunidade quilombola reconhecida oficialmente no estado, Tabacaria apresenta desafios históricos de desenvolvimento, acesso a políticas públicas e valorização cultural. A pesquisa identifica limites e potencialidades do Programa Brasil Quilombola (PBQ) na promoção da inclusão produtiva e da cidadania. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, o estudo evidencia que a efetividade do PBQ está condicionada à escuta ativa das comunidades, à valorização dos saberes tradicionais e à implementação de tecnologias sociais como instrumentos de transformação territorial. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas integradas, com base em modelos participativos e contextualizados.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social; Tecnologias Sociais; Políticas Públicas; Comunidades Quilombolas; Desenvolvimento Sustentável.

I. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o empreendedorismo social emergiu como estratégia relevante para o enfrentamento de desigualdades históricas e a promoção da inclusão produtiva em territórios marcados pela vulnerabilidade [1]. Em comunidades quilombolas, tradicionalmente excluídas do

processo de desenvolvimento nacional, o empreendedorismo adquire contornos específicos: não se trata apenas de gerar renda, mas de fortalecer a autonomia, valorizar saberes ancestrais e promover justiça social [2]. Estudos destinados ao Povoado Tabacaria, objeto principal desta pesquisa, destacam-se a dificuldade de comunicação entre os executores das políticas do programa, além da falta de conhecimento dos membros da comunidade acerca dessas políticas, o que dificulta a reivindicação dos direitos assegurados por este programa. Quanto ao avanço do Empreendedorismo Social, dados do Monitor Global de Empreendedorismo [7] aproximadamente 60% dos empreendedores informais são pretos ou pardos, reforçando que o empreendedorismo também se configura como instrumento de inclusão para parcelas historicamente excluídas.

Nesse cenário, as tecnologias sociais despontam como alternativas estratégicas para potencializar o empreendedorismo comunitário em territórios vulnerabilizados. Entendidas como soluções participativas, de baixo custo e adaptadas às realidades locais, elas possibilitam a transformação de práticas tradicionais em arranjos produtivos sustentáveis, promovendo tanto inclusão econômica quanto valorização cultural [4][11]. No caso do Povoado Tabacaria, estudos apontam a presença de saberes e práticas como a agricultura familiar, a fitoterapia e o artesanato identitário, que, se articulados a políticas de crédito, capacitação e redes solidárias, podem converter-se em iniciativas de etnodesenvolvimento com maior impacto territorial [21].

Nesse contexto, políticas públicas como o Programa Brasil Quilombola (PBQ), criado em 2004 [3], buscaram institucionalizar ações intersetoriais voltadas à melhoria da qualidade de vida, à garantia de direitos e ao desenvolvimento local sustentável das comunidades remanescentes de quilombos. No entanto, estudos indicam que a fase de implementação dessas políticas representa um dos maiores desafios para sua efetividade, sobretudo diante da fragmentação institucional, da ausência de escuta ativa e da descontinuidade orçamentária, além da ausência efetiva de monitoramento desta política na comunidade estudada. A Tabela 1 apresenta os eixos do Programa Brasil Quilombola em 2024:

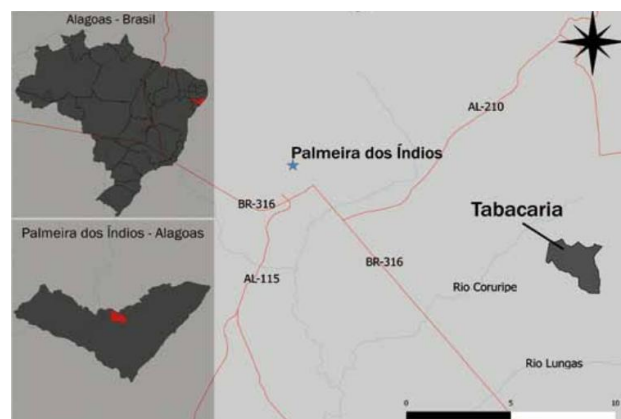
Eixos das Ações	Principais Desdobramentos
Acesso à terra e território	- Regularização fundiária dos territórios quilombolas; - Apoio à produção e comercialização da agricultura familiar quilombola; - Proteção ambiental dos territórios quilombolas.
Infraestrutura e qualidade de vida	- Melhoria da infraestrutura básica das comunidades quilombolas, como acesso à água potável, saneamento básico, energia elétrica e transporte; - Construção de escolas, creches, postos de saúde e outros equipamentos públicos; - Implementação de políticas públicas de educação, saúde, cultura e assistência social voltadas para a população quilombola.
Inclusão produtiva e etnodesenvolvimento local	- Fomento à geração de renda e à inclusão produtiva da população quilombola; - Apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis nos territórios quilombolas; - Valorização da cultura e do saber tradicional quilombola.
Direitos e cidadania	- Combate ao racismo e à discriminação contra a população quilombola; - Promoção da participação social e política da população quilombola; - Garantia do acesso à justiça e à segurança pública para a população quilombola.

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Ao mesmo tempo, cresce o interesse acadêmico e institucional pelas chamadas tecnologias sociais — soluções simples, replicáveis e de baixo custo, desenvolvidas em diálogo com comunidades locais, capazes de promover

desenvolvimento com participação cidadã [4][5]. A articulação entre tecnologias sociais e políticas públicas voltadas ao empreendedorismo comunitário representa, portanto, uma fronteira promissora para a inovação social e a redução das desigualdades estruturais [6].

Este artigo analisa o impacto da articulação entre políticas públicas e tecnologias sociais no fomento ao empreendedorismo quilombola, a partir de um estudo de caso realizado no Povoado Tabacaria, localizado no município de Palmeira dos Índios, Alagoas. Primeira comunidade quilombola oficialmente reconhecida no estado, Tabacaria constitui um território de resistência histórica e saberes tradicionais, mas que enfrenta desafios significativos relacionados ao acesso à terra, infraestrutura, crédito e assistência técnica. A Figura 1 apresenta a localização do Povoado Tabacaria:



Fonte: Estrela da Costa (2015)

II. REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas, o debate sobre políticas públicas tem sido atravessado por transformações significativas no campo da gestão, da tecnologia e da participação cidadã. Os desafios contemporâneos impostos às administrações públicas — especialmente no que se refere à redução das desigualdades sociais e à promoção do desenvolvimento sustentável — têm demandado abordagens cada vez mais inovadoras, integradas e territorializadas [10]. Nesse contexto, os processos de inovação, impulsionados pelo avanço das tecnologias e pela crescente complexidade das demandas sociais, passaram a ocupar lugar central tanto nas práticas empresariais quanto na formulação e implementação de políticas públicas.

A inovação, nesse escopo, não se restringe ao uso de ferramentas digitais ou metodologias gerenciais, mas se manifesta como uma reconfiguração dos modos de pensar, planejar e executar ações voltadas ao bem comum. As políticas públicas, ao incorporarem práticas mais adaptativas, colaborativas e orientadas por resultados,

revelam um potencial transformador que extrapola a lógica tradicional do Estado burocrático, aproximando-se de modelos mais responsivos e centrados nas reais necessidades da população [10].

Particularmente no campo do empreendedorismo social e das tecnologias sociais, observa-se um movimento crescente de valorização dos saberes locais e das práticas solidárias como estratégias de desenvolvimento territorial. Tais perspectivas ganham especial relevância quando aplicadas a contextos historicamente marginalizados, como o das comunidades quilombolas, cuja trajetória de resistência e reinvenção revela um rico campo para análise e proposição de políticas públicas mais sensíveis à diversidade e à justiça social.

O campo das políticas públicas tem suas origens no início do século XX, nos Estados Unidos, quando começa a se consolidar como uma disciplina própria dentro da Ciência Política. Um dos marcos fundadores é atribuído a Harold D. Lasswell (1956), que propôs um enfoque analítico voltado prioritariamente para as ações de governo, em detrimento de uma análise restrita às estruturas estatais. Sua proposta buscava aproximar a formulação das decisões governamentais ao conhecimento científico, construindo pontes entre a prática política e a produção acadêmica [10].

Complementando essa perspectiva, Herbert Simon (1957) introduz o conceito de *policy makers*, compreendidos como agentes que operam a partir de um sistema racional de decisões, baseando suas escolhas em evidências, informações organizadas e fundamentos teóricos sólidos. Para Simon, a racionalidade limitada dos tomadores de decisão exigiria um arcabouço metodológico capaz de orientar a construção de políticas públicas eficazes, evitando arbitrariedades e maximizando a coerência entre problemas identificados e ações propostas [10].

No interior desse campo teórico e prático, as políticas sociais se destacam por sua função estratégica no enfrentamento das desigualdades estruturais. Elas se voltam, especialmente, para questões como o desemprego de caráter crônico, a informalidade crescente e a precarização das condições de vida, aspectos que demandam uma atuação estatal redistributiva e inclusiva. No contexto brasileiro, a década de 1980 foi particularmente significativa nesse processo, marcada por intensas mobilizações pela redemocratização e pelo fim do regime militar. Os movimentos sociais exerceram papel fundamental nesse período, reivindicando não apenas o acesso a direitos, mas também novas formas de formulação, implementação e controle das políticas públicas, com destaque para as políticas sociais [23].

Essas transformações históricas permitiram o surgimento de modelos mais participativos e descentralizados de gestão pública, nos quais o Estado passou a ser interpelado por uma pluralidade de vozes e demandas, desafiando o modelo burocrático tradicional e abrindo espaço para inovações tanto

institucionais quanto metodológicas na administração das políticas públicas.

A partir dessas premissas, apresenta-se os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, organizados em três eixos interdependentes: (i) Empreendedorismo em Contextos de Vulnerabilidade, (ii) Tecnologias Sociais e Políticas Públicas, e (iii) Desenvolvimento Quilombola e Inclusão Produtiva. A articulação desses eixos visa construir uma base conceitual sólida para a compreensão crítica da realidade do Povoado Tabacaria e da efetividade do Programa Brasil Quilombola (PBQ) no fortalecimento da cidadania e da inclusão produtiva no território.

A. Empreendedorismo em Contextos de Vulnerabilidade

O empreendedorismo, tradicionalmente associado à inovação e à geração de valor econômico, tem expandido seu escopo conceitual, incorporando dimensões sociais, culturais e políticas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais. Conforme Yunus [1], o empreendedorismo social surge como uma resposta direta às lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado, sendo impulsionado pelo desejo de gerar impacto positivo em comunidades excluídas, promovendo alternativas sustentáveis de desenvolvimento humano.

No Brasil, o relatório do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), em parceria com o SEBRAE [7], revela que o país apresenta uma das mais elevadas taxas de empreendedorismo por necessidade, especialmente entre populações de baixa renda e residentes em territórios periféricos ou tradicionais. Tais contextos, empreender não é apenas uma opção, mas uma estratégia de sobrevivência diante da escassez de oportunidades formais de trabalho [8].

Entretanto, mesmo nessas situações de adversidade, o empreendedorismo revela-se uma prática de resiliência e de valorização de saberes locais. Comunidades tradicionais [9], como as quilombolas, desenvolvem arranjos produtivos baseados em conhecimento empírico, ancestralidade e cooperação comunitária, constituindo um tipo de empreendedorismo enraizado na cultura e na territorialidade.

O empreendedorismo nessas comunidades não pode ser analisado sob a ótica da racionalidade econômica convencional, mas deve ser compreendido como estratégia de resistência cultural, fortalecimento da autonomia e promoção da dignidade coletiva [10]. Ao afirmar que iniciativas empreendedoras em territórios excluídos operam com lógicas múltiplas de valor, articulando renda, identidade, memória e pertencimento promove-se uma perspectiva colaborativa pelo social histórico daquela comunidade [11].

B. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas

A noção de tecnologia social refere-se ao

desenvolvimento de metodologias, produtos e processos sustentáveis, construídos em diálogo com comunidades e voltados à resolução de problemas sociais concretos. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [4], trata-se de inovações de base popular que conciliam simplicidade, eficácia e participação cidadã, podendo ser disseminadas e adaptadas a diferentes contextos territoriais.

A tecnologia social não se limita ao aparato técnico, mas constitui uma abordagem relacional que prioriza a escuta ativa, a coautoria e o empoderamento comunitário [9]. Nesse sentido, sua articulação com as políticas públicas representa uma estratégia promissora para fortalecer a efetividade de programas governamentais em territórios vulneráveis.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), instituído em 2004 pelo Governo Federal, é um exemplo de política pública de caráter intersetorial que busca integrar ações voltadas ao acesso à terra, infraestrutura, inclusão produtiva e garantia de direitos [3]. No entanto, a eficácia do PBQ tem sido limitada por fatores como a descontinuidade administrativa, a frágil coordenação entre esferas de governo e a ausência de mecanismos de monitoramento participativo [2] e [12].

Políticas Públicas eficazes não podem se restringir à sua formulação normativa; elas exigem capacidade de implementação territorializada, escuta das populações-alvo e mecanismos de correção ao longo do tempo [13]. Nesse sentido, a adoção de tecnologias sociais como instrumentos auxiliares à gestão pública pode ampliar a capilaridade e a responsividade das políticas, promovendo inovação institucional com base no protagonismo das comunidades [14].

C. Desenvolvimento Quilombola e Inclusão Produtiva

As comunidades quilombolas representam uma das expressões mais legítimas da diversidade étnico-racial e cultural do Brasil [15]. Contudo, permanecem à margem do processo de desenvolvimento nacional, enfrentando desafios relacionados ao acesso à terra, insegurança jurídica, fragilidade institucional e invisibilidade estatística [10].

O Povoado Tabacaria, localizado em Palmeira dos Índios (AL), configura-se como território emblemático nessa trajetória [15]. Primeira comunidade quilombola reconhecida em Alagoas, reúne saberes tradicionais relacionados à agricultura familiar, fitoterapia, artesanato e cultura oral, que poderiam constituir uma base sólida para práticas empreendedoras sustentáveis [2].

No entanto, conforme demonstram os estudos de campo e a literatura especializada, a ausência de políticas públicas integradas e sensíveis às especificidades locais tem comprometido o pleno desenvolvimento da comunidade [21]. O empreendedorismo, quando articulado à educação contextualizada, à assistência técnica e ao acesso a crédito, pode transformar essas práticas em cadeias produtivas de

valor territorial [17].

Assim, torna-se imperativo articular políticas públicas com abordagens de base territorial, fortalecendo o empreendedorismo comunitário a partir de modelos de gestão compartilhada, protagonismo popular e tecnologias sociais aplicadas. Trata-se, portanto, de repensar o desenvolvimento a partir do território, da cultura e da coletividade — pilares centrais para uma política pública que vise à equidade [16].

III. METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, de natureza qualitativa e abordagem metodológica mista, com delineamento de estudo de caso. O objetivo é analisar a efetividade do Programa Brasil Quilombola (PBQ) no fomento ao empreendedorismo e à inclusão produtiva em comunidades quilombolas, a partir da realidade do Povoado Tabacaria, no município de Palmeira dos Índios (AL).

O estudo de caso é apropriado quando se busca compreender fenômenos complexos inseridos em seu contexto real, permitindo a análise aprofundada de experiências, dinâmicas sociais e políticas locais [18]. No caso do Povoado Tabacaria, trata-se de um território tradicional com rica trajetória histórica, mas ainda marcado por exclusões institucionais e desafios estruturais ao desenvolvimento.

Atualmente, a pesquisa encontra-se na fase de revisão teórica e documental, com ênfase na análise de políticas públicas, referenciais conceituais sobre empreendedorismo social e tecnologias sociais, além do estudo de marcos legais e institucionais relativos aos direitos quilombolas.

Foram examinados documentos oficiais do PBQ, relatórios governamentais, artigos científicos, dissertações e teses, além de bases de dados secundárias, como o IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e Data.Gov.br. Essa etapa visa compreender o desenho institucional do programa, suas diretrizes e sua trajetória de implementação no estado de Alagoas, notadamente em comunidades como Tabacaria.

A próxima etapa da investigação consistirá na realização da pesquisa de campo, cujos procedimentos estão sendo submetidos à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conforme previsto pela Resolução CNS nº 510/2016.

Somente após a aprovação ética será possível realizar a coleta de dados primários com os moradores, lideranças e agentes públicos envolvidos. Pretende-se, nessa etapa futura, utilizar técnicas como entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários estruturados e observação participante, as quais serão detalhadas e executadas conforme os princípios éticos e metodológicos exigidos pela universidade e pela legislação nacional.

A adoção de uma abordagem qualitativa, com potencial triangulação de dados, permite compreender as percepções,

experiências e sentidos atribuídos pelos sujeitos às ações do PBQ. Os métodos qualitativos são especialmente úteis para analisar fenômenos sociais complexos, nos quais as subjetividades e os contextos locais desempenham papel fundamental [19].

Do ponto de vista analítico, a expectativa é que os dados coletados futuramente sejam tratados por meio de análise de conteúdo, conforme os procedimentos [20], com o objetivo de construir categorias temáticas que articulem teoria e prática.

Por fim, cabe destacar que, ao respeitar o protocolo ético-científico exigido pela pesquisa com seres humanos, este estudo reafirma o compromisso com a integridade metodológica, a escuta responsável e a valorização dos saberes locais enquanto fundamentos da produção de conhecimento situada e transformadora.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

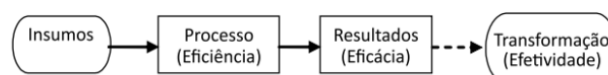
A análise preliminar baseada em fontes documentais e literatura especializada permite identificar um conjunto de limitações e potencialidades estruturais do Programa Brasil Quilombola (PBQ), especialmente em sua etapa de implementação. Embora o programa tenha sido concebido como uma política pública transversal, articulando ações nas dimensões de acesso à terra, infraestrutura, inclusão produtiva e direitos, observa-se, na prática, uma significativa lacuna entre o desenho institucional e sua operacionalização nos territórios quilombolas.

No caso específico do estado de Alagoas — e particularmente no Povoado Tabacaria —, a execução do PBQ tem sido marcada pela descentralização limitada de recursos, baixa presença de agentes técnicos nos territórios e ausência de mecanismos locais de monitoramento [2]. A pesquisa de [12] reforça essa leitura ao demonstrar que, embora o modelo do PBQ esteja alinhado com os princípios da equidade e do desenvolvimento sustentável, sua eficácia depende de “capacitações institucionais” ainda frágeis, como a escuta ativa das comunidades, a formação de gestores públicos sensíveis à temática quilombola e a integração entre esferas governamentais.

No plano legal e institucional, o PBQ representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos étnico-raciais, ao propor uma política de Estado e não apenas de governo. No entanto, seu funcionamento efetivo encontra entraves recorrentes: burocracia excessiva, descontinuidade administrativa, fragmentação intersetorial e fragilidade dos instrumentos de avaliação. [14] e [13] argumentam que a efetividade das políticas públicas depende menos da sua formulação normativa e mais da sua implementação territorializada, com monitoramento social e capacidade de adaptação contextual.

A avaliação da efetividade de políticas públicas exige uma compreensão sistêmica dos diversos elementos que

compõem sua estrutura e implementação. Esse processo pode ser representado por um fluxo lógico que articula os estágios de insumos, processos, resultados e transformações [22], conforme ilustrado na Figura 2. Trata-se de uma abordagem que não se limita à mensuração de produtos imediatos ou cumprimento de metas administrativas, mas que propõe uma análise mais profunda sobre os efeitos produzidos no território e na vida dos beneficiários. A Figura 2 apresenta o fluxo de uma política pública focada na efetividade das suas ações:



Fonte: SANO; FILHO, 2013

No modelo proposto pelos autores, a eficiência está relacionada à gestão do processo: isto é, à capacidade de transformar insumos em produtos de maneira otimizada, com o menor dispêndio possível de recursos. Já a eficácia refere-se à medida em que os resultados alcançados se aproximam dos objetivos previamente estabelecidos — uma relação direta entre metas previstas e metas cumpridas. No entanto, é no último estágio — a efetividade — que se concentra o verdadeiro propósito das políticas públicas: a produção de transformações sociais significativas, perceptíveis e duradouras.

A Figura 2 evidencia que a efetividade não se restringe ao desempenho técnico-administrativo, mas depende de um acompanhamento contínuo que considere o contexto, os sujeitos impactados e as mudanças estruturais provocadas pela intervenção pública. Em outras palavras, uma política pode ser tecnicamente eficiente e até eficaz em termos de metas numéricas, mas ainda assim falhar em promover mudanças reais se não gerar impacto positivo na qualidade de vida da população-alvo [10].

Essa distinção é especialmente relevante para a análise do Programa Brasil Quilombola (PBQ), cuja efetividade só pode ser compreendida a partir das transformações vivenciadas pelas comunidades quilombolas em termos de acesso a direitos, fortalecimento da identidade e inclusão produtiva. Assim, o uso deste modelo analítico contribui para ampliar o olhar avaliativo, deslocando o foco da execução para o impacto e da burocracia para o território.

Além disso, o cruzamento com indicadores socioeconômicos confirma os desafios enfrentados por comunidades como o Tabacaria. Segundo dados do IBGE [15], o estado de Alagoas figura entre os piores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com elevados níveis de pobreza, baixa escolaridade média e acesso limitado a serviços públicos essenciais. Esses fatores estruturais tornam ainda mais complexo o esforço de promoção do empreendedorismo comunitário sem políticas de apoio técnico e financeiro consistentes.

Outro aspecto relevante diz respeito à invisibilidade estatística das comunidades quilombolas. A ausência de diagnósticos locais atualizados e desagregados por território compromete a elaboração de políticas públicas contextualizadas. A invisibilidade numérica tende a produzir também invisibilidade política, dificultando o planejamento e a avaliação das ações [10].

Nesse cenário, ganha relevo o papel das tecnologias sociais como instrumentos estratégicos para a efetivação das políticas públicas em territórios vulnerabilizados. A literatura consultada [1] [9] [11] aponta que iniciativas de base comunitária — como bancos comunitários, moedas sociais, agroecologia, cooperativas autogeridas e redes de comércio justo — podem ser mobilizadas como soluções replicáveis e sustentáveis, desde que respeitem os saberes e ritmos locais.

No caso do Povoado Tabacaria, embora ainda não haja estudos sistematizados sobre tecnologias sociais implantadas, a literatura antropológica e os registros históricos [21] destacam a existência de práticas tradicionais com alto potencial de conversão em iniciativas produtivas sustentáveis, como a fitoterapia, o artesanato têxtil, a agricultura de subsistência e a culinária identitária [2].

Por fim, os dados secundários analisados reforçam a tese de que o fortalecimento do empreendedorismo quilombola requer mais do que programas estatais isolados: exige um ecossistema de apoio que combine políticas públicas de longo prazo, tecnologias sociais contextualizadas, financiamento inclusivo e mecanismos de participação ativa das comunidades no planejamento e na execução das ações.

A. Exemplo de aplicação de tecnologias sociais no contexto estudado

Tecnologias sociais são soluções de baixo custo, construídas de forma participativa, capazes de promover inclusão social e autonomia econômica quando alinhadas às necessidades do território. No contexto quilombola, essas soluções contribuem para transformar práticas tradicionais em cadeias produtivas sustentáveis, valorizando os saberes ancestrais e o protagonismo comunitário [4].

No caso do Povoado Tabacaria, as tecnologias sociais mais promissoras para fomentar o empreendedorismo poderiam incluir bancos comunitários e moedas sociais, que promovem circulação local de recursos e acesso ao microcrédito; hortas e quintais produtivos agroecológicos, que podem fortalecer a segurança alimentar e gerar excedentes para comercialização; e cooperativas autogeridas, voltadas para a produção artesanal e para a comercialização coletiva, reduzindo a dependência de atravessadores e aumentando a margem de renda das famílias [11].

V. CONCLUSÕES

Os resultados preliminares deste estudo indicam que, apesar dos avanços normativos e institucionais promovidos pelo Programa Brasil Quilombola (PBQ), persistem importantes lacunas na sua implementação, especialmente quando analisadas sob a perspectiva de comunidades específicas, como o Povoado Tabacaria, em Alagoas. A análise documental e bibliográfica evidencia que tais lacunas se materializam na descontinuidade das ações, na baixa capacidade técnica das estruturas locais, na fragilidade da escuta qualificada e na invisibilidade estatística dos territórios quilombolas.

Essas fragilidades comprometem a efetividade do PBQ como política estruturante e intersetorial voltada à promoção da cidadania, da justiça racial e do desenvolvimento territorial sustentável. A carência de mecanismos participativos e de articulação entre os diferentes níveis de governo acentua o distanciamento entre a formulação das políticas e a realidade concreta das comunidades. Assim, o empreendedorismo comunitário permanece como uma potência social em grande medida negligenciada pelas políticas públicas tradicionais.

A literatura analisada aponta que o fortalecimento do empreendedorismo em contextos quilombolas não pode se restringir ao estímulo à formalização de negócios ou ao acesso pontual a crédito. Trata-se de um processo que exige o reconhecimento dos saberes ancestrais, a valorização da cultura local e a construção de redes solidárias de produção e comercialização. Nessa direção, as tecnologias sociais surgem como ferramentas promissoras para a ressignificação do desenvolvimento, permitindo soluções sustentáveis e apropriadas ao território.

Como contribuição teórica, este estudo reforça a necessidade de abordagens integradas e territoriais no campo da gestão pública e do empreendedorismo social, com ênfase na escuta ativa das comunidades tradicionais. Do ponto de vista metodológico, sustenta a importância da combinação entre análise documental e futura pesquisa de campo, de modo a captar tanto as dimensões objetivas quanto as subjetivas do fenômeno em estudo.

A próxima etapa da pesquisa prevê a realização de entrevistas, questionários e observação direta no Povoado Tabacaria, respeitando os protocolos éticos e científicos exigidos pela pesquisa com seres humanos. Espera-se que essa investigação empírica possibilite aprofundar o diagnóstico da realidade local e identificar experiências, desafios e boas práticas que possam subsidiar o redesenho de políticas públicas mais eficazes, participativas e contextualizadas.

Assim, a partir da perspectiva situada de uma comunidade quilombola específica, este estudo visa contribuir com o debate nacional e latino-americano sobre inovação social, tecnologias aplicadas ao desenvolvimento humano e inclusão produtiva de populações historicamente marginalizadas. Os próximos desdobramentos empíricos

buscarão consolidar essas reflexões e propor caminhos concretos para a transformação territorial com base na justiça social e no protagonismo das comunidades.

REFERÊNCIAS

- [1] YUNUS, Muhammad. *Criando um mundo sem pobreza: o negócio social e o futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- [2] SIMONARD, P. et al. *Um estudo sobre a implementação do Programa Brasil Quilombola nos povoados Ribeira e Tabacaria, Alagoas*. Amazônica – Revista de Antropologia, v. 10, n. 1, p. 188–211, 2018.
- [3] BRASIL. *Programa Brasil Quilombola*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: SEPPIR, 2004.
- [4] IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011.
- [5] PRADO, Keyla C. P. Prado; GONZAGA, Carlos A. Marçal; FREITAS, Carlos C. Garcia. *Tecnologia Social e Permacultura: percurso da trajetória de uma família de agroecologistas*. Disponível em https://www.revistaespacios.com/a15v36n06/15360605.html?utm_source=chatgpt.com. Acessado em 01 de julho de 2025.
- [6] ROLLEMBERG, Graziella; FARIAS, Mário A. de Freitas. *Mapeamento sistemático de tecnologias sociais no Brasil: subsídio para formação docente no Instituto Federal de Sergipe*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/gNYyBBMKRYX7z9St4FzVdJ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 30 de junho de 2025.
- [7] SEBRAE; GEM. *Relatório Executivo 2021: Global Entrepreneurship Monitor – Brasil*. Brasília: SEBRAE, 2024.
- [8] HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. *Empreendedorismo*. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- [9] DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 4. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2014.
- [10] ACCIOLY, Sérgio Ricardo P.. *O impacto de uma política pública em uma comunidade artesã: um estudo de empreendedorismo social no pontal da barra, em Maceió/AL*. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas) – Centro Universitário de Maceió, Maceió, 2023.
- [11] DAGNINO, Renato. *Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas [recurso eletrônico]*. Campina Grande: EDUEPB, 2014. 318 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em 02 de julho de 2025.
- [12] LIMA, Aline Maria Souza. *Política pública para comunidades quilombolas: o Programa Brasil Quilombola e seus efeitos na comunidade Pau D'Arco (AL)*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Alagoas, 2020.
- [13] SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- [14] BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Política e reforma do Estado no Brasil: lógica e mecanismos de controle*. Lua Nova, São Paulo, n. 84, p. 39-64, 2011.
- [15] IBGE. *Censo Demográfico Quilombola 2022: primeiros resultados*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023.
- [16] LUZ, Charlene Bitencourt Soster; LIMA, Janine Cardoso; REIS, Guilherme. *Políticas públicas que impulsionam a educação empreendedora por meio da inovação*. Cadernos de Educação, v. 43, n. 1, p. 142-160, 2024.
- [17] FONTES, Leonardo de O. Fontes. *A emergência do empreendedorismo periférico: a formação de novas subjetividades em meio ao mercado, ao estado e à sociedade nas margens urbanas*. Disponível em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6817/12883>. Acessado em 30 de junho de 2025.
- [18] YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- [19] DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

- [20] BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- [21] ESTRELA DA COSTA, Edna. *Terra, cultura e identidade: os caminhos da luta quilombola em Tabacaria (Palmeira dos Índios/AL)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, 2015.
- [22] SANO, Hironobu; FILHO, Mário Jorge França Montenegro. *As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas*. Editora Unijuí, Ano 11, jan./abr. 2013. Acesso em 01 de julho de 2025.
- [23] CARVALHO, Alysson Massote et al. *Políticas públicas: exclusão social*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 142 p. ISBN 85-7041-293-2.
Disponível em:
https://www.google.com.br/books/edition/Pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas/FsafZXeaolMC?hl=ptBR&pg=gbpv=0&pg=gt. Acesso em: 02 julho 2025